



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 71

SÁBADO, 1º DE MAIO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 73ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 151/93, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 338/89 (nº 6.001/90, naquela Casa), que regulamenta o artigo 135 da Constituição Federal.

Encaminhado à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

— Projeto de Lei da Câmara nº 77/93-Complementar (nº 174/89-Complementar, na Casa de origem), que estabelece normas gerais aplicáveis ao imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou a cessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — ITBI — IV.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Crescimento percentual da população com mais de 60 anos.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Congratulando-se com o governo do Distrito Federal pela edição do Decreto nº 14.661, de 1993, que dispõe sobre as condições para a legalização dos loteamentos e condomínios.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Comentários a respeito do sistema político-partidário brasileiro. Urgência partidária para a formação de partidos políticos institucionalmente fortes a fim de propiciar condições de implementação de medidas para a solução da grave crise brasileira.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO — Solenidade de comemoração do 20º aniversário de criação da Embrapa.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 420/93, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando licença, no período de 3 a 8 de maio do corrente ano. **Aprovado.**

1.2.4 — Comunicação

— Do Senador Gilberto Miranda, de ausência dos trabalhos da Casa no período de 3 a 8 de maio de corrente ano.

1.2.5 — Requerimento

Nº 421/93, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, voto de louvor a Dom Marcelo Pinto Carva-

lheira, Bispo Diocesano de Guarabira-Paraíba, pelo recebimento do título "Personality of the Year" concedido pelo júri da instituição "Distinction Internationale", com sede em Paris.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, "e", do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na Casa de origem), que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário favorável, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Crise econômica brasileira.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 295 e 296, de 1993

3 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Edital de convocação da Comissão Deliberativa

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 73ª Sessão, em 30 de abril de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Chagas Rodrigues*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Chagas Rodrigues – Flício Alvares – Esperidião Amin – Jarbas Passarinho – Jonas Pinheiro – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mauro Benevides – Pedro Teixeira – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 151/93, de 29 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 1989 (nº 6.001/90, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que regulamenta o artigo 135 da Constituição Federal.

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1993 COMPLEMENTAR

(Nº 174/89 — Complementar, na Casa de origem)

Estabelece normas gerais aplicáveis ao Imposto sobre Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição — ITBI-IV.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O imposto, de competência dos Municípios, sobre transmissão **inter vivos**, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles, tem como fato gerador:

I — a transmissão **inter vivos**, a qualquer título, por ato oneroso:

- a) de bens imóveis, por natureza ou acessão física;
- b) de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia;

II — a cessão, por ato oneroso:

- a) de direitos relativos à aquisição de bens imóveis;
- b) do direito à sucessão do enfiteuta.

Parágrafo único. A arrecadação do imposto compete ao Município da situação do bem.

Art. 2º O imposto não incide:

I — sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital;

II — sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica às hipóteses em que a atividade preponderante do adquirente consista na compra e venda desses bens ou direitos, bem como na sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente consistir nas transações mencionadas no parágrafo anterior.

Art. 3º São contribuintes do imposto, conforme dispuser a lei municipal, quaisquer das partes envolvidas nos atos ou contratos que se constituam em seu fato gerador.

Art. 4º A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S.Exª não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há uma realidade em nosso país e no mundo sobre a qual os governos não podem se omitir, porque exige uma postura atual e preventiva com relação à solução dos problemas que passam a ocorrer.

Com a redução das taxas de mortalidade e de natalidade, com o aumento da expectativa de vida da população, devido ao progresso das ciências da saúde, aos programas preventivos de doenças e epidemias e a extensão da infra-estrutura de saneamento básico, há uma tendência que vem se acentuando no mundo, desde a década de 70, que é o crescimento percentual da população com mais de 60 anos.

Um relatório recente do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social da ONU, intitulado "Avaliação da População Mundial", prevê que o número de pessoas com 65 anos ou mais passará de 328 milhões, em 1.900, para 828 milhões em 2.025, quando o Brasil será a sexta nação do mundo com o maior número de idosos proporcionalmente à população, que em 1.900 era de apenas 1% e passará a ter, na segunda década do próximo século, 6,2%, correspondentes a 34 milhões de pessoas com 65 anos ou mais. Atualmente temos dez milhões de idosos.

As estatísticas mostram que o crescimento proporcional da população de idosos no Brasil, comparando-se com outros países, é uma curva bastante ascendente.

A situação do menor e do idoso no nosso País vem se tornando problema sério, sendo motivo de preocupações para o Governo e para a sociedade, motivando estudos aprofundados por parte de sociólogos, denúncias pela imprensa com relação ao tratamento e à problemática dessas duas faixas da população que se posicionam, uma nos horizontes futuros do nosso país, e a outra numa parte do nosso passado recente, em ambos os casos, existindo situações que podem refletir uma certa injustiça social no tratamento que a Nação vem dispensando à criança carente e ao idoso.

Tenho profundos vínculos e afinidades com as iniciativas de atendimento ao menor. A problemática do menor sempre me preocupou e teve lugar na minha sensibilidade de homem público. A minha saudosa esposa, D. Hildete Falcão Baptista, fundou e dirigiu, por vinte e cinco anos, o Instituto Lourival Fontes, que atendeu, educou e encaminhou na vida mais de 17 mil menores carentes.

Mas nunca deixei de refletir sobre essa outra questão, que é a situação do idoso no Brasil. Venho de uma geração em que as estruturas familiares absorviam com menos sacrifícios a assistência às pessoas idosas da família. Entretanto, o mundo de hoje mudou, a estrutura familiar e de trabalho das pessoas teve profundas alterações, tanto que está aí a necessidade de uma ação objetiva do Governo, visando promover uma diretriz para a sociedade em termos de estimular uma melhor assistência às pessoas idosas e o aproveitamento da rica experiência que construíram ao longo de toda uma vida de luta, trabalho e de convivência humana.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, li com muito interesse e satisfação uma notícia publicada no *Correio Braziliense*, do último dia 28, divulgando que o Ministro Jutahy Magalhães Júnior estava recebendo, naquele dia, o anteprojeto de lei que estabelece uma política social para o idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, no âmbito da sua Pasta. Segundo a notícia, o Ministro iria encaminhar o documento para análise da Consultoria Jurídica do Ministério, antes de enviá-lo ao Presidente Itamar Franco.

O referido anteprojeto dispõe sobre a participação da União, Estados e Municípios, da sociedade e da família no amparo, assistência e proteção do idoso, compreendendo, por parte do Governo, promoção e assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho, previdência social, habitação, esporte e lazer. Prevê, ainda, a destinação, em regime de comodato, de casas e prédios de sua propriedade para adaptação em abrigos e lares para idosos carentes.

Sr. Presidente, o Ministro Jutahy Magalhães Júnior é, possivelmente, o Ministro mais jovem do Governo e, talvez, o mais jovem que passou por aquele Ministério, sendo, por esta e outras razões de prioridades, louvável a sua iniciativa em levar ao Chefe do Governo uma proposição de tão relevante abrangência e inestimáveis benefícios sociais e humanitários, favorecendo aqueles que muito deram de si para o engrandecimento e o progresso do Brasil.

O Ministro Jutahy Magalhães Júnior, que direcionou também importantes iniciativas na área do atendimento às famílias e ao menor carente, tem revelado admirável sensibilidade e disposição para solucionar os problemas e equacionar as prioridades da sua Pasta, que tem a relevante incumbência da ação social do Governo, à qual tem emprestado, com dedicação e competência, a sua grande capacidade de trabalho, admirável talento e vivência política com que muito tem honrado a Bahia e servido ao Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, juntamente com o meu pronunciamento, peço a transcrição nos Anais da nota a que me referi, publicada no *Correio Braziliense*, de 28 de abril de 1993, intitulada "Jutahy recebe projeto de apoio ao idoso." Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Correio Braziliense

Brasília, quarta-feira, 28 de abril de 1993

JUTAHY RECEBE PROJETO DE APOIO AO IDOSO

O ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, recebe hoje o anteprojeto de lei que estabelece uma política social para o idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, no âmbito de sua pasta. O anteprojeto foi elaborado por um colegiado de representantes de conselhos estaduais e municipais de proteção ao idoso. O ministro Jutahy Magalhães deverá encaminhar o documento para análise da consultoria jurídica do Ministério, antes de enviá-lo ao Presidente Itamar Franco.

O projeto de lei considera idosa a pessoa com mais de 65 anos de idade e estipula as atribuições da União, estados e municípios, sociedade e da família na sua proteção. O Conselho Nacional do Idoso coordenará as ações relativas à política social para o idoso. O documento estabelece ainda que as ações governamentais em favor do idoso serão conduzidas nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educacional,

trabalho e previdência social, habitação, cultura, esporte e lazer. Na área de habitação, o projeto estabelece que o Poder Público destinará, em regime de comodato, casas e prédios de sua propriedade ao idoso que serão transformados em casas-lares.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia primeiro deste mês, o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, assinou o Decreto nº 14.661, que define novas normas para o cadastramento e análise dos parcelamentos implantados no Distrito Federal, sob a forma de loteamentos ou condomínios. Poderão ser cadastrados, agora, os condomínios ou loteamentos efetivamente implantados até o dia 18 de novembro de 1992.

O decreto veio restabelecer a calma na questão do uso e da posse da terra em Brasília, porque, recentemente, haviam sido registrados alguns incidentes entre fiscais do Governo e cidadãos que estavam edificando em lotes de condomínios rurais.

Foi aberto um novo prazo, de trinta dias, para que os responsáveis pelos parcelamentos comprovem o cumprimento do que exige a nova lei. Assim, felizmente, foi reaberta a discussão sobre esta que é, sem dúvida, uma das mais polêmicas questões da Capital da República. Ao longo deste mês, o Governo do Distrito Federal, através de suas secretarias, fez um levantamento minucioso da situação dos cerca de 470 condomínios que se acredita existirem hoje no Distrito Federal, para verificar quais os que foram realmente implantados até o dia 18 de novembro do ano passado.

Entende-se como efetivamente implantado aquele loteamento ou condomínio que possui, cumulativamente, sistema viário executado com abertura de vias, subdivisão das quadras em lotes e existência de edificações nos lotes.

Quero aqui congratular-me com o Governador Joaquim Roriz por ter tomado, acertadamente, esta decisão. Milhares de famílias brasilienses, que compraram lotes nesses parcelamentos, vivem hoje uma angustiante situação, sem saber se poderão ou não construir nas terras que compraram, em geral, com pesados sacrifícios pessoais.

Abre-se para essas pessoas, agora, uma nova perspectiva.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão do uso e da posse da terra na área urbana de Brasília é muito grave. Nesses 33 anos de existência, a cidade viu aumentar progressivamente a sua população, mas, por uma série de razões, entre as quais a necessidade de preservação do projeto original de Brasília e a rigidez dos dispositivos que regulam a ocupação do solo urbano e rural do Distrito Federal, as áreas oferecidas para a construção de moradias foram muito inferiores à demanda.

Assim, o que se viu nas cidades-satélites, por exemplo, foi o surgimento dos chamados moradores de fundo de quintal, pessoas que, embora pagando aluguéis bastante elevados, moram sem as mínimas condições de conforto e higiene em casebres erguidos precariamente nos fundos dos lotes. Essas pessoas, felizmente, estão sendo resgatadas com a política dos assentamentos desenvolvida pelo atual Governo.

De certa forma, os condomínios rurais acabaram funcionando de maneira semelhante aos assentamentos, só que desta vez para a classe média. Hoje, em Brasília, quem quiser construir uma casa no Plano Piloto terá de comprar um terreno por preço estratosférico. No Lago Norte, por exemplo, os

lotes menores não custam menos de quarenta e cinco mil dólares.

Pressionada, de um lado, pelo alto custo dos terrenos, e, de outro, pelas prestações quase insustentáveis que são cobradas pelos atuais financiamentos para a compra de apartamentos, a classe média de Brasília viu nos condomínios, enfim, a chance de construir sua casa a preços módicos.

Fala-se hoje que existem cerca de 470 condomínios no Distrito Federal. Em cada um deles, o número de lotes varia muito, mas é sempre contado às centenas. Se tomarmos um número hipotético, de 300 lotes, por exemplo, por condomínio, veremos que existem cerca de 140 mil proprietários de lotes em Brasília.

Se considerarmos também que esses loteamentos, na sua esmagadora maioria, foram constituídos nos três ou dois últimos anos, teremos uma noção bastante realista da demanda reprimida que existia na Capital da República. Creio, sem medo de errar, que se pode dizer que, até bem pouco, no mínimo, uns cem mil chefes de família estavam impedidos de comprar um terreno em nossa cidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho certeza de que a situação dos condomínios rurais ou dos loteamentos de Brasília está, agora, bem mais perto de uma solução satisfatória. Minha grande preocupação — que é a mesma das autoridades locais e da população — é com a preservação do meio ambiente. Não podemos, de modo algum, pensar numa solução que venha a pôr em risco a qualidade da vida que hoje é desfrutada pelos brasilienses, e que queremos manter intocada para as gerações que virão.

Existem hoje muitas posições quanto à regularização dos parcelamentos de terras no Distrito Federal. Há quem defenda um novo zoneamento para Brasília, com a revisão das leis locais e das leis federais sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que se constituem no centro da polêmica. Há também quem ache que essas leis devam ser revistas para que sejam adequadas à realidade existente hoje, quando centenas de condomínios se encontram implantados e milhares de casas erguidas em zonas de litígio. Finalmente, existem os que acham que as áreas rurais das APA deveriam ser transformadas em zona urbana, para regularizar a situação dos condôminos.

Penso que, da conciliação destes três pontos de vista, sairá a solução. Da mesma forma que não podemos olvidar as implicações ecológicas, não podemos também subestimar a questão social. Afinal, o que está em jogo é a moradia de milhares de cidadãos de classe média.

Recentemente, em entrevista concedida ao **Jornal de Brasília**, e publicada no dia 2 do corrente mês, o Presidente do Ibama, Humberto Lacerda, admitiu que o decreto presidencial que criou a Área de Proteção Ambiental do São Bartolomeu poderá ser modificado, para solucionar a questão dos condomínios, desde que preservados os mananciais hídricos e assegurada a proteção do meio ambiente.

De outro lado, o Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, Paulo Timm, explicou ao mesmo **Jornal de Brasília**, que existem diferenças muito grandes entre as APA e as reservas, diferenças que devem ser consideradas na atual discussão.

Lembrou Paulo Timm que as reservas são áreas de preservação integral do cerrado e das espécies animais que nele vivem. Nas reservas é terminantemente vedada a presença do homem. Já nas APA, destaca o Secretário, ainda é possível conciliar a presença do homem com a preservação da vege-

tação e dos recursos hídricos, ao mesmo tempo em que a ocupação do solo se faz de modo racional.

Disse, textualmente, o Secretário Paulo Timm:

“Nas Áreas de Proteção Ambiental é possível considerar fatores econômicos, sociais e ecológicos, permitindo o desenvolvimento entrosado entre as questões ambientais, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.”

Para encerrar, gostaria de acrescentar dois aspectos que, no meu entender, devem ser também considerados quando se estuda esse problema. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que existem inúmeros condomínios que são verdadeiros bairros, com ruas calçadas, boa rede de água, de esgotos, de iluminação e centenas de casas de excelente qualidade. Em segundo lugar, é importante considerar que os milhares de proprietários de casas ou de lotes nos parcelamentos não estão pagando nenhum imposto sobre estes bens. Faço este alerta porque Brasília vive, hoje, sob a ameaça de cortes nos repasses da União e o dinheiro advindo da cobrança de impostos nessas novas áreas urbanas certamente terá influência positiva na receita do Distrito Federal.

O Sr. Pedro Teixeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Valmir Campelo, ao trazer à baila um problema de tanta relevância, V. Exª consegue, com a inteligência, o descortino e o conhecimento da matéria que tem, em especial do Distrito Federal, enfocar um problema considerado pelo Governador Joaquim Roriz como um dos mais sérios do seu atual governo. V. Exª tem dado uma amostra da sua sensibilidade ao se preocupar com a moradia do funcionário público que, aliás, ontem, foi objeto de sua apreciação. V. Exª defendeu os funcionários públicos para que não fiquem ao relento. Depois de anos de serviços prestados, de repente, por um gesto tecnocrata, burocrata, ele é posto à margem do direito de possuir um imóvel. Neste sério problema, V. Exª consegue conciliar dois aspectos fundamentais: Primeiro vem a questão social: Onde vamos colocar cem mil funcionários públicos de classe média, senão nesses condomínios, tendo em vista o preço inacessível dos lotes no Distrito Federal? Devíamos ter pensado antes nisso. O que fizemos foi permitir que as circunstâncias levassem a classe média, em especial os funcionários públicos, em direção à busca de uma solução de seu estado de necessidade. Não se trata de uma invasão. Às vezes me pergunto se quem comprou o imóvel sabia, tinha consciência de que, deixando de registrá-lo, correria o risco de não ser o proprietário, mas parece-me que ninguém pensa nisso. O que as pessoas têm em mente é a necessidade de viver, de ter um teto, o que foi levando a classe média brasileira a se acostar nas proximidades dos seus empregos, dentro de um lote acessível ao seu salário, ao seu poder econômico. Por outro lado, ao mesmo tempo em que V. Exª se preocupa com esse aspecto, preocupa-se com um outro ao qual temos que conciliar: é a questão da qualidade ambiental, porque somos também guardiães desse valor da humanidade. E o Governador Roriz tem dado, nas reuniões feitas com representantes dos condôminos, uma demonstração visível de que tem responsabilidade futura com esse aspecto — que, aliás, como V. Exª frisou, é também a sua preocupação, a minha e de todos os que vivem nesta cidade, patrimônio histórico da humanidade. Temos que convir, entretanto, que há um certo radicalismo nessa questão ambiental. Todos sabemos que o Governador do Amazonas

teve que lutar muito para diminuir a quantidade de jacarés no seu Estado, que estavam inclusive atacando pessoas, porque não queriam que se matasse nenhum jacaré. Que morresse o povo, mas o jacaré não podia morrer. Os tecnocratas costumam prever um país para o ano 5.000, mas não prevêem como será o país para o ano 2000. Se formos analisar, realmente, o que vamos querer no mundo do ano 5000, isso tudo estará integrado com o problema de natalidade, demografia e uma série de circunstâncias. Por conseguinte, a insensibilidade política dos tecnocratas tem que ser superada porque, se dependesse deles, Brasília seria apenas um mapa. Temos, entretanto, uma agrovila com 15 mil habitantes, como a de São Sebastião, que é considerada APAs — Área de Proteção Ambiental. Não que não possa ser transformada, por força época e circunstância. A área ecológica é bem diferente, diz o Secretário Paulo Timm, citado por V. Exª Graças à atuação de S. Sª, tem sido possível conciliar, contornar e evitar o açodamento de alguns “xiitas”. Já assisti a reunião de “xiitas” que pulam e dizem não poder cortar nenhuma árvore. Ora, podemos cortar uma árvore desde que se plantem dez, restabelecendo-se algumas violências que possam ser cometidas. Em São Paulo, por exemplo, temos na Represa Billings um assentamento enorme. Para que houvesse um consenso a respeito desse problema, as autoridades foram procuradas para compor, para conciliar a construção da referida Represa que poderia causar danos a toda a comunidade. É lógico que ninguém sustenta que, para defender um estado de necessidade de determinado grupo, se sacrifique tudo. Mas é de louvar-se quando homens como o Governador Joaquim Roriz, V. Exª, o Secretário do Meio Ambiente, Paulo Timm, e todos os que estão batalhando no sentido de uma conciliação entendem ser possível encontrar-se um denominador comum entre o direito de morar e o de preservar. Não se pode ser radical e transformar-se tudo em uma APAs, somente porque um tecnocrata sem nenhuma sensibilidade social e política, absorto em passarinhos e árvores, sem qualquer preocupação com o ser humano, não procure conciliar, radicalizando posições. Solidarizo-me com V. Exª pelo descortino com que empreende a busca de soluções. Com certeza, tendo em vista o prestígio de que desfruta, as alternativas virão. Meus parabéns.

O SR. VALMIR CAMPELO — Obrigado, nobre Senador Pedro Teixeira, pelo seu aparte.

Por um dever de justiça, não poderia deixar de citar o trabalho que V. Exª, juntamente com a Secretaria de Estado, vem empreendendo, sob a coordenação do Governador do Distrito Federal, no sentido de conciliar o direito que tem a classe média de ter um teto para abrigar sua família, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida do Distrito Federal.

Nós, que temos participado das reuniões da Sematec e do Ibama com os representantes dos condomínios, procuramos uma fórmula, em cooperação com o Governo do Distrito Federal, para resolver esse problema, talvez um dos maiores da região.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista os pronunciamentos sensatos das várias autoridades envolvidas na questão, e a decisão irrevogável e inquestionável do Governador Joaquim Roriz de equacionar o problema da moradia no Distrito Federal, estou certo de que encontraremos, no menor prazo possível, a melhor solução.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda ressoam no ar as palavras do Senhor Presidente da República dirigidas à Nação brasileira, na reunião com seu ministério, no dia 24 do corrente mês de abril, e logo se levanta a voz dos que não entenderam a importância histórica do momento que passa. Já tinha rascunhado este discurso antes do pronunciamento do Presidente, mas quero, antes de proferi-lo, inserir aqui alguns tópicos, por demais importantes, da fala presidencial. Importantes porque se compõem do que é óbvio e que deveriam ter sido ditos, muito antes, pela série de Presidentes que antecederam ao que agora preside os destinos da nação.

Leiamos e meditemos sobre esses tópicos:

“A nação deseja a verdade...” Quem é que jamais pensou que a nação deseja ser tapeada, e quem é que não sabe que ela anda ansiosa para que o Presidente da República diga-lhe a verdade, toda a verdade e só a verdade?

E continua: “Esta nação é a dos homens e mulheres... na modéstia de sua vida de todos os dias”... Dentro da obviedade desta segunda afirmação e das demais que foram sendo ditas, o Senhor Presidente está afirmando que esta Nação já não era da imensa maioria, que anda pela cada dos 97% de nossa população, mas só dos outros 3% que, aos poucos, foram se organizando e mostrando o seu Sistema Normativo, até chegar a esta ruína que ora somos. “Mas..., com muita coragem, afirmou o Senhor Presidente:

— “O Banco Central fará as modificações indispensáveis... É uma determinação!”. E a seguir mostra porque:

— “Ao perverter-se o valor da moeda, que deve ser o instrumento da Justiça, perverte-se toda a sociedade!”

— É confissão de que “a sociedade está toda pervertida”, pelo que afirma que seu governo “será o governo de todos, para não ser o governo de uns poucos”, como vem sendo há muito tempo! E isto é visível à luz do sol, para nossa perplexidade!

E a seguir: — “Vamos prosseguir no processo de privatização, sem abrir mão do controle acionário das empresas estratégicas, como tal definidas, na Constituição Federal”, ou seja, privatizar somente o que é privatizável, necessariamente privatizável.

Logo mais nos revela uma cruel realidade, para a qual todos temos que fixar os olhos, e, em face dela, tomarmos decisões maiores: — “Nosso primeiro cuidado foi recensear as Ruínas do Estado”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, com todo o aparelhamento de que dispõe, chegou, depois de estafantes exames e estudos, à conclusão de que somos “as ruínas de um Estado”. E então bole, no tumor canceroso, que contém no seu bojo uma acusação gravíssima: — “Meu governo não permitirá mais a especulação financeira baseada na ciranda dos juros altos”.

Não permitirá “Mais”... Vinha sendo “permitido”, como vinha sendo feito, normativamente planejado, pelas autoridades do Sistema Financeiro dos governos passados anteriores!!!

O discurso do Presidente Itamar Francó merece um estudo de maior profundidade, mas, para o fim a que me proponho hoje, bastam as citações feitas para demonstrar a gravidade de nossa situação, que exige reformas de profundidade, Dependentes dos Partidos Políticos em nossas Casas Legislativas.

De um lado, o poderosíssimo Sistema Financeiro; de outro, a fragilidade dos partidos políticos.

Todos sabem e todos sentem que o nosso Sistema Político-Partidário, em face das Normas que o sustentam, é um sistema em crise, causador da ingovernabilidade sob a qual vivemos!

Tivesse o Governo uma maioria estável composta de um ou dois partidos, sustentados por uma “fidelidade” institucionalizada normativamente, e seu plano seria discutido, aprovado, modificado e levado ao Congresso, onde essa maioria sólida aprovaria, com facilidade o plano, que é — digamos de passagem — modesto demais para enfrentar a enormidade dos males que nos molesta, para enfrentar as reformas de que necessitam “as ruínas de nosso Estado!”.

No momento, é de se apelar para o patriotismo dos dirigentes partidários, para, antes de mais nada, enfrentarmos a grande reforma partidária, ao lado de um total apoio ao modesto plano contido na fala do Presidente. Sem ela, nem o Presidente atual, nem os que vierem conseguirão levantar um Brasil novo das ruínas que sobraram, pela ação ou pela omissão de tantos!

Precisamos de Partidos Fortes, entendidos, os Partidos, como Pessoas Jurídicas Institucionalizadas Democraticamente, que realmente representem “correntes de pensamento”, com lindes bem definidas, dentro das quais, quem lá estiver filiado realize seu ideal, de acordo com a concepção que tiver do mundo político.

Os partidos não podem continuar sendo simples legendas jurídicas para abrigar ambições eleitoreiras, sob o mando de chefetes, ou de chefões, que exerçam uma ditadura real, sob o amparo de uma farsa que se diz Democracia.

Precisamos de Partidos Fortes e não de Ditadores Fortes. As lideranças partidárias precisam mudar revolucionariamente o seu comportamento, e sua ação político-partidária. Esses homens “fortes” é que enfraquecem os partidos!

Quanto mais forte é o dono do partido, ou a oligarquia que o dirige, tanto mais fraco é o partido, como instituição ou pessoa jurídica. Este obedece à Constituição, à Lei Orgânica e a seu Estatuto; aquele às decisões dos chefes.

Este se estrutura democraticamente, de acordo com a vontade de seus filiados, com vistas à realização do bem comum; aquele é um mero instrumento dos apetites de poder de um grupo, a serviço de interesses de uma classe ou de uma ideologia política ou econômica. Este busca o solidarismo de todos; aquele, a imposição de alguns sobre o resto. Este luta, há cem anos, pela democratização real do poder exercido numa democracia, pelos partidos; aquele luta para preservar a ditadura interna, em que a vontade do chefe impera sobre todos e sobre tudo.

Mas todos falam a mesma língua. Todos pregam a democracia, a liberdade, os direitos humanos. Este, com a verdade na boca; aquele, com a demagogia, com a farsa, com a mentira. Este quer a extinção de todos os vícios, para dar governabilidade aos governos progressistas e que querem realizar um Brasil brasileiro, em que todos sejam iguais perante a lei, na defesa dos interesses da Pátria.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador, acho que V. Exª tem razão quando clama por partidos fortes, partidos

organizados. Pessoalmente, lamento que o Brasil, mais uma vez, tenha perdido a oportunidade de modificar o seu sistema de governo, passando para o parlamentarismo. Porque, no presidencialismo, considero cada vez mais difícil termos partidos fortes e bem organizados. Porque, normalmente, o presidente deseja cooptar apoios. E, para cooptar apoios, é muito mais fácil para eles, e muito pior para o País, cooptar apoios através de acertos individuais com os parlamentares. Mas quero apenas mostrar as nossas dificuldades — e nós, brasileiros, gostamos muito de discutir em torno de nomes, e não em torno de idéias. V. Exª pode notar que há candidaturas já lançadas nas praças públicas do nosso País e, normalmente, não vemos discussões sobre idéias. Vemos discussões de uns atacando os outros. Peço até permissão para falar e dar uma opinião sobre essa luta interna de um partido que não é o meu, mas que já o foi; portanto, tenho até essa razão para ainda acompanhar de longe o que se passa no seio desse partido. Mas V. Exª vê que a discussão do PMDB está sendo em torno de nomes. Não é uma facção ideológica e nem uma linha política que está disputando a maioria do seu Partido. Há uma disputa em torno de nomes. E esse é o mal do Brasil. Em todos os setores, vemos sempre que se luta em razão de um determinado nome, e não de uma idéia, de um princípio e de uma linha política. Isso é o que enfraquece muito os partidos políticos. Por isso acho que estamos aqui, sem podermos fazer muita coisa. V. Exª pode ver que há um desânimo, não sei o que está ocorrendo. Mas poderíamos e deveríamos aproveitar esse espaço de tempo para fazermos a reforma partidária e a reforma eleitoral. E os projetos estão aí, dormindo nas gavetas, porque não chegamos a uma conclusão. Este é um dever nosso, de legislar, e não esperar que o Executivo legisle por nós. E estamos aqui, atrapalhados, sem saber o rumo que vamos seguir. V. Exª faz muito bem em abordar essa questão, em trazer a debate essa problema. Vamos ver se nós acordamos, para fazer partidos fortes neste País. O que é, absolutamente, necessário para termos uma democracia forte.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradeço o aparte do nobre Líder, Senador Jutahy Magalhães, que vem ao encontro das idéias que temos sustentado aqui e cuja síntese, tão bem elaborada, dispensa comentários; mas servirá, na verdade, de mais uma janela que tentamos abrir para a necessidade imediata do Senhor Presidente da República — se possível, até deixando de lado determinadas atitudes, que devem ser entregues aos seus Ministros, nas áreas econômicas e sociais — de dedicar-se com profundidade à reforma político-partidária, para que Sua Excelência passe pela história como um homem que teve, realmente, a coragem de colocar o trem nos trilhos.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores: aquele partido quer a continuidade dos vícios, para que o partido seja fraco e as oligarquias dominantes permaneçam fortes, e o governo não possa mudar as estruturas viciadas que sustentam o sistema econômico, que vai tornando os ricos cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Este é o partido que luta por um país onde prime a justiça para todos; aquele, o partido de uma pequeníssima minoria que abocanhou o poder e não quer largá-lo, definitivamente!

Por, isso, não querem mudar nada! Pregam mudanças que nada significam. Pregam mudanças no que é secundário, sem que nada se mude! O que lhes interessa é que tudo continue sendo aquilo que é. Partido forte, não!

Entretanto, é preciso que se faça mudança radical, com a extirpação da ditadura interna nos partidos, ou tudo estará

perdido! Que se faça a democratização interna, entregando-se o poder ao "povo do partido", que são, de baixo para cima, os filiados, os vereadores, os prefeitos etc. e, por fim, as lideranças, ou deixemos estar como está para que aconteça, como aconteceu, em 1930, em que o povo, farto da farsa eleitoral, das "eleições a bico de pena", da "depuração de votos", feita pelos deputados, fez a revolução da Aliança Liberal, com Getúlio à frente, implantando, então, a verdade eleitoral, a Justiça Eleitoral, o voto secreto e universal, o voto das mulheres.

A grande Revolução Democrática, nas instituições políticas, encontrou, entretanto, essa muralha resistente que destruiu os ideais de 1930, que são hoje os privilegiados que se acastelaram no mando dos partidos, dentro dos quais estão os **lobbies** do poder econômico, interessados em manter a ditadura dos partidos, que escolhe seus candidatos e os impõe às bases e ao povo, que continua pensando que elege seus representantes. Puro engano!

Não! Os eleitores não elegem ninguém — e, por isso, essas grandes abstenções. Eles "optam" por um, dentre os pouquíssimos que lhes são impostos pelas cúpulas dos partidos, quando não, por um homem só! Basta olhar hoje os candidatos já escolhidos! Contra esta "anarquia" (falta de governo, desordem, confusão), é que me levanto, acusando a quem devo acusar; responsabilizando a quem devo responsabilizar, porque o meu compromisso maior é com a verdade.

Acuso os dirigentes políticos que não querem abrir mãos das regras que lhes garantam a continuidade de seus privilégios, mesmo que seja às custas desta multiplicidade de partidos que impede a formação de uma maioria estável, que dê ao Governo a governabilidade necessária.

Foi isso que aconteceu nos primeiros quarenta anos de República, quando os "chefes políticos", os coronéis e seus representantes, comandavam o processo eleitoral, por meio de "eleições a bico de pena". Foi isso que fez o povo pegar em armas para impedir os usurpadores de assumir o Governo, que se dizia eleito, mas, em verdade, pretendia apenas perpetrar uma grande fraude eleitoral. Por isso — repita-se — a Aliança Liberal depôs Washington Luís e entregou o poder a Getúlio Vargas.

Essa foi a mais legítima das revoluções que o povo fez, com o apoio legítimo das Forças Armadas!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as revoluções, mesmo as legítimas, quase sempre desvirtuam seus objetivos. Lutemos para que o povo não necessite, nunca mais, de pegar em armas para fazer valer seus direitos, acaso usurpados por nós, seus representantes!

Todos precisamos cumprir nosso dever: Situação e Oposição precisam se compenetrar de que reformar é necessário! Governar também!

Política é só meio de governar! As campanhas precisam ser limitadas, por lei, no tempo. Estamos a mais de um ano e meio das eleições. Não podemos parar o Congresso por causa das eleições vindouras, como quase o fizemos por causa desse ridículo plebiscito, que ninguém queria a não ser meia dúzia de candidatos a primeiro-ministro e outra meia dúzia de bem intencionados e equivocados idealistas que pensavam que o que serve para a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha, o Japão — justamente os países mais ricos do mundo, pequenos e com larga tradição política — serve para nós!

Não!!! Não serve! Somos um País quase do Terceiro Mundo e de dimensão continental. Aqui temos uma Bélgica dentro de uma Índia! Só um presidencialismo democrático, forte e

ágil, sustentado por partidos fortes, institucionalmente fortes — garantida sua fortaleza pela fidelidade partidária — pode fazer renascer nosso País das cinzas e das ruínas a que nós os políticos — confessemos sem nenhum medo — permitimos que ele fosse conduzido! Nós! Digo nós todos: as cúpulas dirigentes privilegiadas, os ditadores e líderes e o resto — nós outros que não mandamos absolutamente nada nos partidos! Nós — o resto — somos a grande maioria, que pode se opor a este estado de coisas, definir os grandes princípios e lutar por eles contra as ditaduras responsáveis por setenta anos de crise em nossas instituições político-partidárias! No entanto, não fazemos absolutamente nada! Omitimo-nos simplesmente diante da marcha da História para a ruptura fatal da ordem jurídica! Se não se fizerem as necessárias reformas, para estender aos partidos a democracia, legitimandó-se assim a representação, o povo as fará, como as fez tantas vezes!

Podemos fazê-las primeiramente procurando acordar as cúpulas para os perigos que estamos correndo. Larguemos, de imediato, de acompanhar a corrida da campanha sucessória e unamo-nos em torno do Presidente da República para possibilitar-lhe fazer a grande reforma partidária que deverá contar, potencialmente, com o pluripartidarismo — que não significa necessariamente a pulverização dos partidos! Não é possível hoje fazer oposição com vistas só ao poder!

Sem essa primeira reforma transcendental, que deveria ser comandada pelo próprio Senhor Presidente da República e seu Ministro da Justiça — a quem historicamente sempre competiu tratar das coisas da política — a apressada campanha eleitoral tomará conta de tudo e anarquizará o resto do tempo que sobra ao Governo para fazer aquilo que o Brasil precisa!

Apoiemos esse último esforço do Presidente Itamar. Apoieemos seu plano de governo, mas exijamos de Sua Excelência que, em regime de urgência urgentíssima, procure fazer esta reforma necessária e prioritária.

Há maneira de fazê-la, e há tempo suficiente ainda a nossa frente. O que é preciso é uma decisão política nesse sentido. Os sociólogos conhecem os fatos; os cientistas políticos conhecem os valores deles emergentes, que são essas necessidades aqui estudadas com fins que devem ser atingidos por normas puras e prenes de patriotismo que os filósofos de plantão sabem como redigir.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Pedro Teixeira, solidarizo-me com o discurso em que V. Exª chama a atenção principalmente da classe política para a escolha feita pelo povo no plebiscito do dia 21 de abril do corrente ano. Nós, políticos, temos que respeitar a opção e ajudar o Presidente da República a aperfeiçoar o regime que o povo brasileiro escolheu. V. Exª tem toda a razão quando chama a atenção da classe política neste momento em que estamos vivendo. Sabemos, Senador Pedro Teixeira, que se fizermos uma pesquisa hoje, verificaremos que o desempenho dos parlamentares está muito aquém daquilo que o povo esperava. As candidaturas antecipadas a que V. Exª se referiu contribuem para a péssima imagem que os políticos têm atualmente. Os políticos, ao anteciparem a campanha sucessória em praticamente dois anos, quando estamos em meio a uma violenta crise, parecem estar pensando que o povo é imbecil, o que não o é. V. Exª sabe que, quando cito, “dou nome logo aos bois”: o

Lula vai para Pernambuco, desce ao município de Garanhuns, coincidentemente pertinho do município da minha família, Águas Belas, fazendo uma viagem de lembrança de quando ele saiu em um pau-de-arara para São Paulo. Sobre isso, o Senador Suplicy, quando chegar, vai fazer um relatório. Nessa oportunidade vou-lhe fazer algumas perguntas. O Lula, Senador Pedro Teixeira, se quer relembrar o tempo em que mudou-se para São Paulo, deveria fazer agora o mesmo que fez então. Em vez de viajar em ônibus de ar condicionado, gastando com cada uma das pessoas de sua comitiva uma quota de aproximadamente de 600 dólares, com as mordomias completas, deveria usar como transporte, para lembrar a si mesmo da dificuldade do sertanejo, um pau-de-arara: aquele “caminhãozinho”, Senador, coberto de palha, cheio de gente, com 40 pessoas na carroceria. Ele deveria viajar assim para sentir a dificuldade. Mas não: vem com toda a mordomia, um “Johnny Walker” dentro do ônibus, com umas “comidinhas” boas. Na frente vai um ônibus de apoio avisando “o Lula está chegando” e aprontando tudo para o comício. O Lula deveria, Sr. Presidente, assistir ao sertanejo comer palma com farinha. É engraçado, mas o povo não é besta. Comparo essas candidaturas a uma carroceria de caminhão de chassis longo transportando muita gente em estrada esburacada. O que acontece? O chassis pode partir. E é isto o que estão fazendo: contribuindo para o risco de o chassis partir. Estou com V. Exª: espero que os políticos tenham juízo e ajudem o Presidente Itamar Franco. Falo desse assunto com autoridade, porque já vi esse filme muitas vezes antes, desde 1954, quando eu era Deputado Federal. E advirto: cuidado, político tem que ter juízo e ajudar o Presidente da República. Muitos estão aborrecidos com o Presidente Itamar Franco, lançando candidaturas antecipadas à Presidência da República, mas desde o princípio falei: o Presidente Itamar Franco assumindo não vai aceitar o guizo no pescoço, vai fazer aquilo que acha conveniente. Portanto, solidarizo-me com esse pronunciamento em que V. Exª alerta a classe política para a necessidade de ajudar o Presidente da República. Assim estaremos ajudando o Brasil e prestigiando nossa classe. Parabéns a V. Exª

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradeço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão, que, com sua linguagem realista, traz uma visão sintética do que, na realidade, está acontecendo e que não devemos permitir que continue ocorrendo.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio — Senador Pedro Teixeira, V. Exª fere um assunto de importância inquestionável nesta manhã de sexta-feira. Critica a proliferação desmesurada de partidos, com o apoio consentido da própria Constituição de 1988. A meu ver, foi inserido falhamente pelos Constituintes e deverá ser modificado. Estamos vendo, ainda que de maneira acanhada, o Presidente Itamar Franco instituir novas medidas, procurando minimizar a problemática social do nosso País. Sua Excelência teria de, efetivamente, se assentar em bases sólidas, em partidos sólidos. Como está, ninguém sabe quem apóia ou não o Presidente, ou seja, estamos vivendo um clima do “samba do crioulo doido”, uma verdadeira parafernália de partidos. Ninguém sabe se o PT apóia ou não o Governo, se o PDS, que agora é o PPR, apóia ou não, e assim por diante. Temos que, de uma vez por todas, consolidar partidos

fortes. Cinco partidos seriam o ideal, dariam para abrigar todas as correntes ideológicas. Teríamos partidos de centro, de centro-esquerda, de esquerda, de direita e de centro-direita. Congratulo-me com V. Exª que pertence ao PP, o Partido que deu o pontapé inicial para a fusão, procurando engrandecer seus quadros. Creio, ainda, que o PP terá que se fundir a novos partidos para que possa efetivamente vingar, para que possa prosperar. V. Exª tem toda razão e toca num assunto de importância fundamental. V. Exª disse que sempre partiu do Ministro da Justiça e do Presidente da República essa reformulação partidária, essas novas mudanças devem ser processadas, mas temos, no Congresso Nacional, alguns projetos de lei prevendo a mudança eleitoral e partidária. Creio que devam ser agilizados dentro do Congresso Nacional, para que possamos votá-los, apreciá-los, modificá-los o mais rápido possível. E, quanto a mim, tenho a convicção de que todos os parlamentares haverão de votar impossibilitando a proliferação de partidos, que são hoje denominados de sigla de aluguel. Aproveito o momento para aqui registrar um fato: vi com ressalvas o resultado do plebiscito, mesmo porque acredito que o regime parlamentarista, a esta altura da crise nacional, propiciaria introduzir modificações mais seguras, mais concretas, ou seja, o povo brasileiro teria uma participação mais próxima do Governo Federal. Cabe-nos respeitar o veredicto popular, principalmente nesse episódio do ex-Presidente Fernando Collor, que propiciou ao povo acreditar que foi fácil destituir um Presidente. Creio que o povo está um pouco enganado quanto a isso. Já foi explicado que não tui um governo ruim, e sim, um governo criminoso, como foi o caso do Presidente Collor, que cometeu, inclusive, crime de responsabilidade. Gostaria de dizer que estou de pleno acordo com V. Exª quando combate o número enorme de partidos e propugna se tome providência imediata, no sentido da criação de partidos fortes, para que haja uma sustentação sólida e o Presidente possa implementar, efetivamente, as medidas que o Brasil tanto necessita. Meus parabéns a V. Exª

O SR. PEDRO TEIXEIRA — O aparte de V. Exª, Senador Carlos Patrocínio, reforça a tese que estamos finalizando nesta manhã, e que, somado ao aparte inicial, com que nos honrou o Senador Jutahy Magalhães, vem comprová-la. Todos estamos querendo partidos fortes, mas não estamos tomando providências. Estamos, sim, ansiosos para que isto ocorra, objetivando a governabilidade e a integração entre o Presidente da República e o próprio Congresso Nacional, este assumindo uma linha de vanguarda. Contudo, vivenciamos um momento de timidez, talvez pela preocupação com os avanços de nomes, esquecendo que, realmente, a nossa tese, aqui sustentada e enfocada pelos apartes, vem demonstrar que há uma ansiedade, de caráter genérico. Não sei por que não se toma providência quanto a isso.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, agrada-me muito ouvir exposição como esta. Por várias vezes tenho-me referido a esse problema partidário. Pode até parecer que eu seja um pouco radical, porque a boa solução seria decretarmos, por lei, a extinção de todos os partidos para que novos se constituíssem, alheios a todos os resíduos do passado, inclusive do passado militar, que ainda aí está na raiz de

vários partidos. Se tivéssemos uma posição desta, o quadro partidário se formaria livremente. Ninguém teria constrangimento, porque a verdade é que há muito político e parlamentar que não está devidamente situado. Mas não é fácil mudar de partido. É uma operação difícil. Há uma parcela do eleitorado, da sociedade que não compreende que, muitas vezes, o Parlamentar está se deslocando do partido em obediência à sua consciência, à sua formação ideológica, já que há longo tempo não temos partidos autenticamente formados, sem excluir, é verdade, a exceção que for possível. Mas veja V. Exª que, no momento, apesar de reconhecermos todos esses vícios, a preocupação não está sendo a de formar novos partidos obedientes a uma expressão programática e ideológica. Na verdade, estamos preocupados — eu vou generalizar — em fazer grandes legendas, ou melhor, legendas grandes, que obtenham maior expressão na vida política ou dentro do Congresso, e, com isso, não reformaremos o quadro partidário.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradeço o aparte do Senador Josaphat Marinho, que dispensa comentários pela relevância do que S. Exª bem sintetizou aqui.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem estes primeiros passos, só nos resta ficar de camarote assistindo à fatalidade da História se repetir, com os atores já postos em cena, costurando suas conhecidas promessas, até chegar o dia das eleições vindouras.

Haverá, e já está havendo, a corrida às portas do poder econômico, em busca de dinheiro para a campanha sucessória, tal qual PC Farias fez para Collor. Haverá promessas demagógicas nas praças públicas e outros meios de comunicação. Outras se farão aos pretendentes a cargos de Ministros...

O Sistema baterá palmas calorosas porque sabe que os partidos continuarão fracos para permitir a penetração de seus lobbies, para fazer o trabalho que sempre fazem; enquanto isto, a inflação subindo, apesar dos planos para combatê-la; enquanto isto, a fome se alastrando, a educação se desmantelando, os hospitais se acabando e tudo mais continuando tal qual está, dentro desta ruína de todos conhecida, a começar do Senhor Presidente da República.

Enquanto isto, a revolução caminhará, cumprindo o seu roteiro histórico, até que chegue a sua hora, que, no meu entender, não está muito longe, com o povo batendo palmas aos heróis fardados, tal como já fez tantas outras vezes!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não deixemos que isso aconteça, por amor ao nosso Brasil bem amado!

Apoiemos, todos juntos: situação, oposição e simplesmente aqueles que se colocam, como eu, em posição de fiscais da história, o plano apresentado, timidamente, pelo Presidente Itamar Franco, mas peçamos a Sua Excelência que nos convoque para realizar imediatamente a grande reforma político-eleitoral que é necessária, inclusive para ajudá-lo a governar. Sem ela, — para ele e para os governos vindouros —, tudo será absolutamente impossível!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Carneiro, último orador inscrito.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho, hoje, à tribuna do Senado para registrar os vinte anos de pesquisa agropecuária da Embrapa. On-

tem, participamos da solenidade de comemoração de tão significativa data, a que estavam presentes o Presidente da República, inúmeros Ministros, diretores do órgão, servidores e muitos parlamentares, Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, pretendo trazer este registro aos Anais do Senado Federal por se tratar a Embrapa de uma instituição da mais alta importância, não só para o Brasil, mas para todo o Planeta, já que a pesquisa agropecuária está vinculada aos compromissos da questão ecológica, da questão do alimento — a energia vital — e também da geração de empregos e oportunidades. Isso, especialmente numa área que, particularmente em nosso País, desde a década de 50, não tem recebido, como seria desejável, os fluxos de investimentos necessários para manter o equilíbrio das populações em nosso território, no nosso gigante território brasileiro; ao contrário de outros países do mundo, que, na caminhada do desenvolvimento, tiveram, todos eles, praticamente sem exceção, uma base agrícola ou agropastoril, a partir da qual seguiu-se uma evolução urbana com investimentos maciços por alguns anos e, quando esse efeito de investimento urbano começou a produzir o desequilíbrio, voltaram a sua atenção para o agrário, com isso restabelecendo o equilíbrio na distribuição do território.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Com todo o prazer, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Exatamente num ponto fundamental do seu discurso, nobre Senador, permita-me louvá-lo pelo reconhecimento que faz do notável trabalho desempenhado pela Embrapa. E V. Exª disse muito bem: não se tem dado a essa instituição o relevo devido. Na verdade, é das poucas instituições vinculadas ao Estado que tem no País uma função altamente tecnológica e de renovação nos critérios de produção.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Quero agradecer o aparte do Senador Josaphat Marinho por esse registro, por esse enfoque, que compõe perfeitamente o ponto de vista que quero defender aqui. A Embrapa é um dos elementos e das instituições mais importantes e fundamentais para que se restabeleça o esforço para o equilíbrio da distribuição da população no nosso País, através de investimentos nesse setor agrícola, através dos ganhos de produtividade, através da geração de matéria-prima para alimentar os processos agroindustriais e corrigir um defeito enorme na distribuição da população brasileira no espaço. Estamos, hoje, com 72% do povo brasileiro concentrado, amontoado em apenas 3,5% do território, que é a parte urbana do Brasil.

Esse desequilíbrio é algo insustentável para um desenvolvimento equilibrado. Essa migração gigantesca que houve, do meio rural para o setor urbano, talvez tenha sido um dos maiores fenômenos da humanidade, em termos de êxodo. Esse êxodo rural brasileiro é um movimento gigante no contexto internacional, onde milhões de indivíduos, ao longo de poucas décadas, abandonaram a sua situação territorial de origem e acabaram sem alternativa, numa rede urbana sem a estrutura compatível com a dignidade humana. Isso ocorreu, seguramente, devido à falta de investimentos nesse setor, que é extremamente receptível aos investimentos do ponto de vista do resultado: com menores unidades de capital investido, gera mais empregos.

A Embrapa, que foi uma instituição criada em 1973 — portanto, com seus 20 anos —, teve, nesse contexto, uma presença indelével de substancial contribuição. Só neste ano, estão programados 53 lançamentos de novas tecnologias nesse setor agrícola.

Eu gostaria de trazer alguns registros, com detalhes até, para que realmente pudéssemos fazer justiça a essa instituição, que, muitas vezes, esteve com pouquíssimos recursos e enfrentou — e ainda enfrenta — determinados desafios com o idealismo dos seus pesquisadores, dos seus cientistas e funcionários. Alguns investem do seu próprio bolso — apesar de receberem salários inferiores a mil dólares por mês — em material de expediente para manter a sua atividade em pé. Além desse desafio de gastarem dinheiro do próprio bolso, de receberem salários inferiores aos níveis mundiais do setor, enfrentam ainda a concorrência da iniciativa privada, onde, cotidianamente, registram-se ofertas para cientistas e pesquisadores dessa área, com salários tentadores de mais de cinco mil dólares por mês. No entanto, dado o patriotismo e o idealismo do pesquisador brasileiro da Embrapa, eles se mantêm nos seus postos, heroicamente e anonimamente, lutando pela grandeza do nosso País e pelos recursos tecnológicos gerados pelos brasileiros, através de setores tão importantes como esse.

A pesquisa agropecuária tem gerado ou adaptado numerosas tecnologias, produtos e serviços à agricultura brasileira, os quais vão desde o aumento da produtividade agropecuária florestal, passando pela economia de insumos e mão-de-obra, até a avaliação, o uso e a conservação dos recursos naturais.

No contexto da sua história, a pesquisa agropecuária brasileira esteve direcionada à geração de tecnologias capazes de produzir elevados rendimentos, nem sempre aliados à ocupação com a proteção ambiental, o que, aliás, passa a fazer parte do novo paradigma da empresa. Entretanto, a pesquisa agropecuária contribuiu decisivamente para o aumento das safras agrícolas brasileiras nos últimos dez anos, mostrando que a utilização de tecnologias adequadas torna possível aumentar a produção via elevação da produtividade agrícola sustentável.

Atenta à diversidade biológica dos grandes ecossistemas brasileiros, a Embrapa mantém uma rede de unidades para cuidar prioritariamente da avaliação e do aproveitamento racional dos recursos naturais da Amazônia, do semi-árido nordestino, dos Cerrados, do Pantanal e das Terras Baixas do Sul do País.

Outras unidades cuidam da ação específica de monitoramento dos impactos ambientais, através do sensoriamento remoto e da defesa da agricultura contra desequilíbrios ecológicos, através da busca de alternativas aos agroquímicos.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão, com todo prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Dirceu Carneiro, quero congratular-me com V. Exª por esse pronunciamento que faz no plenário do Senado a respeito da Embrapa. Sabemos, nobre Senador, que tecnologia de ponta é uma coisa, hoje, importantíssima em todos os setores da economia de um país. V. Exª tem razão: penso que todos devemos dar apoio incondicional à Embrapa. Neste momento, no país mais populoso da terra, a China, para onde viajei várias vezes, essa tecnologia funciona mesmo. A China é um país, nobre Senador, que possui apenas 18% de suas terras agricultáveis

e são terras cansadas milenarmente, e desse total 16% das terras são aproveitadas. Para que se tenha idéia, esses 16%, no contexto da agricultura do planeta, representam 7,8% da agricultura mundial. Com essa agricultura, a China alimenta 22% da população da terra. Senador Dirceu Carneiro, isso significa tecnologia, significa que essa "Embrapa chinesa" é um exemplo a ser seguido. Temos uma terra onde Deus nos dá tudo, e o povo ainda morre de fome! Portanto, V. Exª tem razão: todos devemos apoiar a Embrapa para que ela se desenvolva e dê apoio aos seus técnicos porque isso é um grande investimento para nossa Nação. Dizia o grande líder da Revolução Chinesa Mao Tsetung o seguinte: "Povo de barriga cheia não pensa em revolução". É essa a revolução que queremos para o Brasil: o povo de barriga cheia, e é a Embrapa que vai encher a mesa do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço a V. Exª, Senador Ney Maranhão, pelo aparte, que focaliza essa questão tecnológica como absolutamente fundamental para atingirmos um dos objetivos primeiros da sociedade brasileira, qual seja, a eliminação da fome, essa verdadeira vergonha nacional, pois nosso País, apesar de termos uma das maiores extensões territoriais agrícolas do planeta, possui quase a metade da população subnutrida.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª uma pequena intervenção?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Naturalmente, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Perdemos praticamente 30% de uma safra de 70 milhões de grãos no campo.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Nobre Senador, somado aos problemas já expostos, temos o desperdício de grãos pela falta de armazenamento adequado perdendo a safra pela ação de roedores, insetos e por outros mecanismos conhecidos de perdas, o que faz com que a cada cinco safras percamos uma inteira, numa determinada faixa da produção agrícola brasileira. Portanto, tudo isso encarece enormemente os custos dos alimentos.

Como disse V. Exª, trazendo o exemplo chinês, aquela experiência e paciência milenares dos orientais foram capazes de, num país com pouca terra agricultável e com a maior população da Terra, superar a fome. Caso não tivesse outro mérito, a revolução liderada por Mao Tsetung teria que ser lembrada porque foi capaz de livrar a China da fome.

Retomando as considerações que trouxe à tribuna do Senado, nesta manhã, queremos registrar esse papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que criou unidades para coleta e manutenção de germoplasma e tem hoje um dos maiores bancos de recursos genéticos do mundo onde, sob a forma de sêmen, sementes, plantas, animais vivos e mesmo pólen e células liofilizadas, são conservados cerca de 130 mil acessos de organismos tão variados quanto os cavalos selvagens de Roraima, espécies silvestres de abacaxi, fungos que matam insetos, ervas medicinais indígenas, espécies alimentares como arroz, feijão e mandioca.

Esse é um feito que merece ênfase. O Brasil, hoje, tem um dos maiores bancos de germoplasma do mundo. Isto é algo animador para um País que vê tanto desânimo e tantas coisas.

Derivada deste respeito aos recursos naturais, de todas as unidades de pesquisa, emergem tecnologias com preocu-

pação ecológica em que fungos e insetos substituem defensivos químicos; plantas controlam parasitas do solo; bactérias promovem adubação nitrogenada; técnicas de plantio e de manejo controlam a erosão, rotações e consórcio de cultura recuperam a fertilidade dos solos; e técnicas de laboratório facilitam a germinação de sementes de espécies em via de extinção e o repovoamento de áreas florestais.

Se, de um lado, a expansão da agricultura competitiva, no Sul, nos Cerrados e nos cultivos irrigados do Nordeste, realizada através de tecnologias comprometidas com a sustentabilidade, contribui para refrear a expansão da agricultura em direção à Amazônia, de outro, sistemas alternativos como agrosilvopastoris são capazes de evitar a exploração predatória dos recursos naturais amazônicos, elevando a renda do homem e dignificando a sua existência.

A Embrapa, desde a sua criação em 1973, gerou e recomendou mais de oito mil novas tecnologias para a agricultura e a agroindústria brasileiras. Mais do que isso, a Empresa contribuiu para melhorar a eficiência produtiva do setor agropecuário, reduzir custos de produção e ajudar o País a aumentar a oferta de alimentos, conservando, ao mesmo tempo, os recursos naturais e o meio ambiente, diminuindo a dependência externa de tecnologias, insumos e materiais genéticos.

No setor de grãos, queria registrar que o Brasil passou de uma safra de 39 milhões de toneladas, em 1980, para 70 milhões de toneladas, em 1992. E mais, permitiu o crescimento da produtividade em áreas de cultivo tradicional e, também, a ocupação de áreas antes marginalizadas, atraindo para o campo substancial volume de capital urbano.

Hoje, o País detém tecnologia capaz de levar a produção nacional de grãos para 100 milhões de toneladas, sem ampliar, sequer em um hectare, a área cultivada. Este é um feito digno de registro.

Com o lançamento da cultivar de trigo BR 43, obtida através de cultura *in vitro*, o Brasil passou a ser o quarto país a produzir semente de trigo em proveta, depois da França, China e Índia. No planalto médio, maior zona tritícola do Rio Grande do Sul, a produtividade da BR 43 chegou a 5.290 kg/ha, contra a média de lavoura de 2.800 kg/ha.

O lançamento de variedades de trigo adaptadas à região dos cerrados também é uma conquista da pesquisa. Em 1990, a safra deste cereal no cerrado chegou a 500 mil toneladas, correspondendo a 10% da produção nacional. O trigo no cerrado é campeão mundial em ganho diário de peso, com 74 kg/ha, enquanto nos Estados Unidos da América o ganho diário fica em 42,7 kg/ha. No cerrado são produzidas até oito toneladas de trigo por hectare, mais do que a média na Europa, e em apenas 115 dias. Nas latitudes frias, o trigo exige o dobro do tempo.

O desenvolvimento de cultivares de soja adaptadas às várias regiões agroecológicas do Brasil, principalmente nos cerrados, Norte e Nordeste, desfez o mito de que esta leguminosa só podia ser cultivada em áreas de clima temperado. A soja tropical desenvolvida pela pesquisa proporcionou um aumento de 50% na produção nacional dos últimos 15 anos e elevou o País à condição de segundo maior produtor mundial.

O Brasil tem hoje o maior programa e o melhor conhecimento de milho em região tropical. É bastante extensa a lista de cultivares lançadas, mais de 20. Não vou deter-me aos aspectos particulares de cada um deles, mas diria que é um feito digno de nota. Quero, então, requerer sejam transcritos nos Anais do Senado Federal os registros com os seus detalhes.

A pesquisa ainda produziu variedades de milho mais produtivas e resistentes às condições ambientais do Norte e Nordeste, como, por exemplo, o milho branco BR 451, que contém 85% mais de lisina e triptofano, aminoácidos essenciais ao organismo humano, do que o milho comum, ganhando muito em qualidade de produto, além das questões de produtividade e outras, como a adaptabilidade.

A cultura do feijão, antes marcada por práticas rudimentares, hoje pode ser totalmente mecanizada, do plantio à colheita. Graças ao esforço da pesquisa, a cultivar Safira, de feijão de porte ereto, permite a colheita mecânica com colheitadeiras convencionais de soja, dotadas de um kit, também desenvolvido pela pesquisa, e pode multiplicar por seis a produtividade média do feijão brasileiro, passando dos atuais 500 kg/ha para mais de três mil kg/ha, em cultivos irrigados de inverno. Ter feijão em abundância, bom e barato pode deixar de ser apenas um sonho e tornar-se realidade na mesa do brasileiro.

Cultivares de arroz sequeiro mais produtivas e tolerantes à brusone — principal doença do arroz — e à seca, respondem, hoje, por mais de 80% da área plantada com essa cultura no Brasil. A pesquisa já trabalha com arroz-agulhinha de sequeiro, garantindo maior renda e mercado para os produtores do Brasil Central. Em relação ao arroz irrigado, foram desenvolvidas as cultivares BR-IRGA 409, 410, 411, 413 e 414, com produtividades de 7.500 a 10.000 kg/ha em lavouras de alta tecnologia no Sul/Sudeste, que aumentaram em US\$200 milhões/ano a renda dos produtores e em dois milhões de toneladas/ano a disponibilidade deste grão básico na dieta nacional.

A criação das cultivares precoces de algodoeiro herbáceo, CNPA Precoce, e de algodoeiro arbóreo, CNPA-3M e CNPA-4M, viabilizou o plantio dessas culturas em áreas infestadas pelo bicudo, praga que dizimou os algodoeiros arbóreos no Nordeste.

O lançamento dos cultivares de sorgo, como BR 300 — o híbrido mais cultivado no País — o BR 304 — recomendado para plantios em sucessão à soja — e o BR 601 — sorgo indicado para silagem — deu ao Brasil a auto-suficiência na produção de sementes, permitindo também o uso de melhor tecnologia de produção. Na safra 1990/1991, foram colhidos no Brasil 255.371 toneladas de sorgo em área de 170.940 hectares. Os maiores produtores de grãos são: São Paulo (25,9%), Rio Grande do Sul (25,2%) e Bahia (12,1%).

Seguem-se as conquistas da Embrapa, passando pelas frutas e hortaliças, aonde temos a produção de hortaliça no cerrado. Destacamos, ainda, no Sul do País, a produção de maçã que, dada a sua altíssima qualidade, não faz nunca temermos a concorrência do tradicional, aguerrido e agressivo mercado argentino, que dominou este setor no Brasil durante muitos anos. Hoje, exportamos maçãs catarinenses e do Rio Grande do Sul para países europeus e, agora, numa conquista bem recente, estamos exportando para os Estados Unidos algo que soma qualquer coisa como 40 milhões de dólares em termos desses produtos, decorrentes de melhoramentos, de adaptação de tecnologia conquistados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por conta dos seus vinte anos de experiência, de trabalho e de grandes feitos na área da tecnologia.

Passa, também, por diversos outros produtos, como o alho, o que fez com que Estados e municípios tivessem verdadeiras gerações de empregos, e enormes rendas, através de cultivares que foram adaptadas a regiões não tradicionais dos

produtos no Brasil. Idem para a produção de batata, batata-semente, onde em regiões antes exploradas e nem com produtividades compatíveis, hoje, graças à pesquisa, estamos bastante avançados.

Na questão dos controles biológicos, é outro feito que também gostaria de registrar.

O grande desafio da pesquisa agrícola, hoje, é conciliar a produção de alimentos, proteção do meio ambiente e a preservação da saúde humana. Nesse contexto, as ações da pesquisa produzidas pela Embrapa visam não apenas aumentar a produtividade das lavouras brasileiras, mas, sobretudo, oferecer alternativas para prevenir, amenizar e eliminar os impactos negativos das atividades agrícolas no meio ambiente. São exemplos as tecnologias baseadas no controle biológico de pragas e doenças, sistemas em que fungos e insetos substituem pesticidas, que a cada dia ganham mais adeptos no meio rural, e estão contribuindo para reduzir o uso de agrotóxicos e os custos de produção, além de minimizarem os problemas ambientais, de saúde pública e de preservação às espécies em extinção e à rica diversidade biológica tropical.

Essas conquistas fizeram com que o nosso País tivesse destaque em um conjunto de combate a pragas e doenças com organismos vivos, na base de fungos ou de insetos, e que vieram baixar bastante o custo da nossa produção, que, a partir da revolução verde, estava inteiramente atrelada aos pesticidas e agrotóxicos, causando verdadeiro pesadelo para a Nação brasileira, que, diante desta dependência muito perigosa, levava à mesa do povo brasileiro resíduos cancerígenos e causadores de doenças ou distúrbios à saúde do povo brasileiro, exatamente naquilo que é indispensável e insubstituível, que é o alimento.

Essa pesquisa da Embrapa, relativa a organismos vivos, para combater pragas e doenças, foi de enorme sucesso e livrou a agricultura brasileira daquele perigoso caminho da dependência tecnológica externa, exatamente em cima de agroquímicos e pesticidas de extrema periculosidade para o meio ambiente brasileiro. Portanto, tenho aqui também o registro de uma série de conquistas nessas áreas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, requeiro este registro, nos Anais da Casa, em homenagem a essa empresa brasileira de apenas vinte anos, que já ocupa uma das cinco maiores dimensões de organismos de pesquisa agropastoril no contexto internacional e que, em tão pouco tempo, com um apoio que muitas vezes foi frágil e precário por parte do Governo, produziu tantos e tão significativos benefícios para a sociedade brasileira.

Quero cumprimentar esses vinte anos de trabalho, de conquistas e de vitórias. Cumprimento o Ministério da Agricultura por ter essa instituição que orgulha o povo brasileiro e confere-nos uma autoconfiança exatamente naquilo em que jamais poderemos ser dependentes de outros: a comida, o alimento.

Espero que, após encontrarmos os alimentos — cereais, fibras, vegetais e animais — apropriados ao perfil das nossas necessidades, cuidem-se bem do seu armazenamento, hoje tão deficiente, e da sua distribuição, tão injusta.

Gostaria de registrar aquilo que talvez chame a atenção de todos nós — e o Presidente da República não fugiu dessa curiosidade e desse atrativo — ou seja, a questão da transferência de embrião. A Embrapa hoje detém tecnologia, nesta área, de transferência e de congelamento de embriões que equivale a países mais desenvolvidos do mundo.

Ontem, à exposição inaugurada pelo Senhor Presidente da República estavam presentes os técnicos expondo o seu trabalho. Um deles é a micromanipulação, algo que já se pode fazer com tecnologia brasileira, que já alcançou a bissecção de embrião, obtendo-se dois produtos idênticos de bovinos. Esse trabalho pode avançar mais. Podemos dividir o embrião, teoricamente, até em oito partes e conseguir, pelo menos na teoria, oito indivíduos iguais, idênticos.

Isso significa um dos maiores avanços dessa conquista na área de biotecnologia, de genética. Para orgulho e autoconfiança do povo brasileiro, estamos dominando essa tecnologia, que vai significar substancial aumento de produtividade e de qualidade do rebanho bovino brasileiro, porque, se tivermos uma matriz de excepcional qualidade, que, durante sua vida, poderia gerar apenas onze bezerros, doze talvez, poderá fazê-lo em um ano a geração de até vinte por alguns anos consecutivos.

De modo que esse avanço, esse atalho das conquistas de qualidade genéticas e de produtividade do rebanho bovino é algo extraordinário para o nosso País.

Assim, faço este registro como um tributo à Emprapa por essas conquistas que elevam o Brasil ao nível dos países mais desenvolvidos na questão de pesquisa tecnológica agropastoril.

Esse trabalho, portanto, merece este registro no Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRs. SENADORES:

Bello Parga – Beni Veras – Carlos Patrocínio – Dirceu Carneiro – Flaviano Melo – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Hydeckel Freitas – João Calmon – Josaphat Marinho – Jutahy Magalhães – Luiz Alberto Oliveira – Mariuce Pinto – Nelson Carneiro – Ney Maranhão – Ronaldo Aragão – Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 420, DE 1993

Nos termos do disposto no art. 43, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que me seja concedida licença para tratamento de saúde no exterior, no período de 3 a 8 de maio do corrente ano.

Sala de Sessões, 30 de abril de 1993. — Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento que acaba de ser lido está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43, inciso I, do Regimento Interno.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

OF/GSGM/080/93

Brasília, 30 de abril de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos desta Casa no período de 3 a 8 de maio do corrente ano, para viagem aos Estados Unidos, onde me submeterei a tratamento de saúde.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 421, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor a Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Bispo Diocesano de Guarabira — Paraíba, pelo recebimento do título “Personality of the year”, concedido pelo Júri da instituição “Distinction Internationale”, com sede em Paris.

Justificação

Como justificação do presente Requerimento, faço juntar o pronunciamento do homenageado por ocasião da recepção do título, em anexo.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1993. Senador **Humberto Lucena**.

POR OCASIÃO DA RECEPÇÃO DO TÍTULO “PERSONALITY OF THE YEAR”

Introdução

1 — O Título “Personalidade do Ano” de 1992 que acaba de me ser outorgado nesta tarde, explica o motivo desta reunião, que congrega aqui tantas pessoas ilustres e amigas. E lhes somo penhoradamente agradecidos pela fineza de suas inestimáveis presenças — a de Dom Hélder Câmara, patrono deste título, a das Exm^{as} Autoridades, a dos Bispos irmãos, a das demais pessoas, senhoras e senhores tão amados. Este título chega até Guarabira, trazido pelo Presidente, Sr. Leo Sennegon e sua esposa, do grande Júri da instituição “Distinction Internationale”, com sede em Paris.

2 — Este título, Sr. Presidente, interpretado tão gentilmente por suas palavras, se, por um lado, me lisonjeia sobremaneira, por outro, me obriga por honestidade a uma prévia explicação: eu o recebo e muito agradecido, mas devo declarar singelamente, nesta solenidade, que à minha pessoa individual cabe o destaque apenas enquanto representante de uma coletividade. Sou o Sinal de um grupo de pessoas insubstituíveis, de colaboradores notáveis pela mística humana e pela competência profissional que possibilitaram a efetivação de um trabalho de profunda significação humana e social. Sua repercussão, como se vê, ultrapassa nossas fronteiras provincianas. Chamou a atenção de organizações internacionais, como a que ora nos premia, divulgando os méritos de um árduo trabalho em equipe entre os pobres do Terceiro Mundo no Nordeste do Brasil. Honra, pois, ao mérito destes meus valorosos colaboradores!

A saga da nossa trajetória

3 — Em que se notabilizou a nossa atuação, que, após 17 anos, mereceu este título honorífico internacional? O que significa esta “outstanding activity” de que fala o texto da carta que recebi sobre o título?

Permitam-me, senhores, vaguear, por alguns instantes, através da saga de nossa trajetória histórica.

— Esta região, campo de nossa atuação, a partir de 1976, tornou-se um centro unitário de ação pastoral e de irradiação dentro da Igreja e da Sociedade.

Como Bispo novo, aqui cheguei, vindo do Recife. Eu vinha marcado pela longa experiência de calabrogação com Dom Hélder Câmara e já identificado no País entre os cidadãos que tiveram a experiência do cárcere, durante o regime autoritário da ditadura militar. Eu assinalava uma convicção comum: não é fácil posicionar-se sempre em favor da dignidade e dos direitos humanos.

Em seguida à minha chegada a esta região, vieram muitos agentes de Pastoral para o Brejo Paraibano: irmãos (freiras), e leigos, e padres, todos imbuídos do espírito do Concílio Vaticano II e das Assembléias Latino-americanas de Medellín e Puebla. A palavra de ordem era, então, o **diálogo com o mundo**, e, na América Latina, especialmente aqui o mundo era o **mundo dos pobres**. O grande programa era, pois, realizar um **novo jeito de ser Igreja**, a Igreja que desposa a causa de todos, mas especialmente a dos pobres — estes, que aqui são multidão. Igreja, portanto, que lhes abre espaço para empreenderem uma efetiva experiência de participação, a fim de que possam chegar a ser protagonistas da sua história e sujeitos atuantes da sua Igreja.

Aqui, a Igreja tinha que ser não só para os pobres, mas Igreja dos pobres e com os pobres; deles aprendendo toda uma maneira de ser — no seguimento de Jesus de Nazaré.

Esta revolução pacífica do Evangelho desencadeou uma série de iniciativas e instituições de cunho eclesial e social. Suscitou uma profunda simbiose (muito diversa da medieval) entre Igreja e Sociedade, segundo o molde dialético do fermento na massa. Longe, portanto, de qualquer pretensão de nova cristandade, buscava-se realizar eficazmente e distinguir, com lucidez, as tarefas específicas, quer da Igreja quer da sociedade em campos que se cruzavam dentro da ampla demanda dos pobres. Acentuava-se assim, a consciência clara de uma interação viva e fecunda de papéis.

Na verdade, na década de 70, o povo crente e empobrecido, típico do nosso Continente, vinha tentando se organizar em muitas Dioceses brasileiras. Essa força emergente do povo com sua religião bem inculturada vinha encontrando acolhida na Igreja oficial. A religião, representada, sobretudo na Igreja Católica, por sua prática e até por seus posicionamentos oficiais, já não era vista como “ópio do povo”, mas como força inspiradora de uma nova ordem social.

Foi assim, neste contexto sócio-cultural, que surgiram com minha colega na Diocese de Guarabira as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), fenômeno no impressionante, brotando do chão da Igreja Católica e ensaiando, na teoria e na prática, um novo modo de ser Igreja.

Do flanco das CEB surgiram os grupos de pessoas do povo, que se reúnem por categoria profissional para refletirem e agirem em cooperação cristã, a partir dos anseios de sua classe: grupo de agremiações de pequenos comerciários, de humildes professoras municipais, de mulheres trabalhadoras do campo, de carregadores de frete, de lavadeiras e domés-

ticas, enfim de pessoas quase à margem do processo produtivo e que nem sequer parecem constituir força dinâmica no projeto de mudança social.

Mas quem sabe se um dia a sociologia não reconhecerá o valor do seu dinamismo?

O certo é que, através das CEB e dos movimentos populares, o homem comum foi sendo ajudado a resgatar sua dignidade de pessoa, foi sendo levado a assumir o papel de protagonista da história e de forjador do seu futuro.

No volumoso curso de tudo isso, há um consistente processo de educação popular. E aí, nós agentes de pastoral, incluindo os membros da hierarquia, educamo-nos e caminhamos junto com as pessoas. Somos todos alunos e preceptores ao mesmo tempo. “Ensinar e aprender são momentos de um processo maior — o de conhecer”, lembra Paulo Freire no seu último livro (“Pedagogia da Esperança”, cf. pág. 47). — Na verdade, conhecer a realidade captável por todos nós não é privilégio exclusivo de ninguém.

4 — Assim, partindo da nossa prática e da demanda do povo, numa busca comum, é que surgiram os vários serviços pastorais e de promoção humana da nossa Igreja. Reconhecemos que neste Nordeste sofrido é incomensurável a nossa dívida social.

Reporta-me-ei, brevemente, a alguns desses serviços pastorais: assim, por exemplo:

a) O Projeto Educativo do Menor (PEM), hoje serviço autônomo denominado PROCEP (Projeto Comunitário de Educação Popular) voltado para as crianças do meio popular e suas comunidades foi o primeiro impulso criativo para uma prática e uma reflexão pedagógica vigorosa no campo da educação fora dos parâmetros oficiais.

b) Anos após, nutridos por essa primeira experiência, procuramos esconder para um público mais amplo e adulto as práticas renovadoras da educação popular. Criou-se, então, o SEDUP, “Serviço de Educação Popular”, que no horizonte utópico que nos envolvia, tinha o apelido de “Universidade popular”, UNIPOR, estruturado para atender às necessidades e demandas das bases populares, quer na vertente pastoral das CEB quer na dos movimentos populares que se multiplicavam na região com surpreendente vitalidade. Foi uma rica experiência da dialética, mantida entre Igreja e Sociedade, na América Latina, onde os pobres nos levam a rasgar novos horizontes de esperança. Esta curiosa “Universidade” o foi não só para os seus principais beneficiários — o Povo — mas também para os intelectuais que nela atuaram e que decidiram ser “intelectuais orgânicos” na interação com o povo, conforme a expressão de Gramsci. Pois bem. Nela enpenharam o melhor do seu tempo e do seu talento, tornando-se brilhantes, e quando dela tiveram que manter saíram para atuar noutros campos de ação mas, doutorados a que — ousamos dizer — em educação popular”.

c) Todo o mundo sabe que esta região tem uma alta densidade demográfica rural e é marcada por uma gritante injustiça social. Por isso as constantes causas trabalhistas, os freqüentes conflitos de terra levaram esta nossa Igreja a criar também o “Centro de Orientação dos Direitos Humanos” (CODH) para acompanhar e assessorar juridicamente os pobres. Para, eventualmente, assumir as suas causas coletivas mais clamorosas, sobretudo nas questões da posse e propriedade da terra. O trabalho do CODH é vasto e intenso: no escritório e no campo, nos lugares de conflito e no fórum. As deficiências da organização da justiça, nas regiões pobres do interior do Brasil, tornam o Centro de Direitos Humanos

um serviço relevante e necessário para quem decide solidarizar-se com os pobres na luta pela justiça social. Por outro lado, nestes últimos anos, instalou-se também aqui uma "Comissão de Justiça e Paz" atenta, sobretudo, às causas criminais surgidas na região, priorizando, de modo especial, o menor e a mulher, tão desprotegidos no submundo do crime.

O extermínio de pessoas, alastrando a cultura da morte, chegou a assumir proporções alarmantes no Brejo Paraibano. E esta Comissão não vive — como alguns imaginam — brandindo espadas contra moinhos de vento, mas vem se habilitando a ser antena sensível para captar os atentados, tão frequentes, à vida e aos direitos dos pobres.

d) No campo da evangelização direta, precisávamos, no entanto, de uma presença decidida de militantes em meio aos trabalhadores rurais, e surgiu, desde o início da nossa ação aqui no Brejo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com sua valorosa atuação e militância, atingindo os mais variados recantos da Região. As questões para a CPT se tornam frequentemente desafiadoras: acompanhamento dos conflitos, presença constante nas áreas de assentamento, convivência no dia-a-dia com a violência do poder econômico e, por vezes, a incompreensão dos pobres por ele aliciados.

Oh! Era impressionante, já no início da nossa caminhada, a unidade de pregação da nossa Igreja: os padres, as irmãs, os agentes de pastorais fechavam em torno da questão fundamental — a vida do pobre, respeito pelo direito do pobre, enfim a vivência do Evangelho, mas não as suas consequências sociais. Era preciso tornar efetivo o "Misereor super turbam" de Jesus, "Eu tenho compaixão da multidão" (Mc. 8,2).

Nós — o Bispo, os Padres, as Irmãs, os advogados e técnicos dos nossos serviços — já sofríamos também, como as pessoas do povo, as ameaças dos grandes. Certa vez, um advogado e um Padre tiveram que se refugiar na CNBB em Brasília para não serem apanhados numa terrível trama de eliminação sumária. O Bispo, numa celebração litúrgica entre camponeses, viu-se ameaçado pelo revólver apontado à sua frente por um proprietário de terra. Uma freira viu-se confinada numa área de conflito, capturada por capangas do latifúndio. E num paroxismo de fé religiosa e militância consequente, deu-se aqui um espetáculo até então inédito: o martírio, há 10 anos atrás, de Margarida Maria Alves. Dia a dia já esboça um movimento por aí a fora, visando a sua canonização.

O fato é que ela era uma camponesa, mulher e mestiça, membro atuante de nossas comunidades eclesiais e, por incentivo da Igreja, heróica presidente do sindicato rural da sua cidade. Era mansa e firme. Nunca ofendeu a ninguém. Lutou pela fé e pelo direito dos irmãos na região da Bagaceira, região onde ainda se protesta contra o absurdo de "morrer de fome na terra de Cannã", segundo expressão do romancista maior do Brejo da Paraíba (cf. "A Bagaceira", de José Américo de Almeida). E numa tarde fatídica, Margarida teve os mïolos da cabeça espalhados pela bala de uma espingarda doze, a mando do latifúndio. Tombou na luta a Margarida. E uma maravilhosa floração de margaridas brotou pelos campos do Brejo paraibano, "sanguis martirum est semen christianarum", o sangue dos mártires é semente de cristãos.

Vejam, amigos não é a estes que se devem a louvação desta tarde?

Como quer que seja, nós todos sempre fizemos questão de não sermos agentes políticos nem agentes sociais. Mas simplesmente agentes do Evangelho, e isso num esforço de coerência com a mensagem de Jesus. "Eu vim para que tenham vida e vida em abundância" (Jo. 10, 10).

e) Após a CPT, diversas pastorais de cunho popular foram-se esboçando e se estruturando, por exemplo, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a Pastoral Vocacional, a Pastoral da Saúde e, recentemente, frente a novas exigências, a Pastoral da Criança e do Menor Abandonado e tantas outras que vão assumindo a missão comum nesta hora. Na base destas pastorais e dos movimentos populares animados pela Igreja, há sempre o apelo ao compromisso histórico e a proposta do método de participação efetiva na vida da Igreja e da Sociedade.

A Igreja vinha, pois, alimentando a ambição de influenciar na implantação de um projeto de sociedade em que o povo tenha vez, em que todos possam participar efetivamente do grande processo social. — Utopia? — Sim. Mas sem senho, sem o horizonte da utopia, a história perde o seu dinamismo e o seu sentido orientador.

5 — Convém, no entanto, observar que na situação de agonia endêmica do Nordeste, na convivência cotidiana com a fome, o desabrigo, a miséria, batendo, a cada hora, em nossa porta, chegamos à conclusão que a solidariedade aqui não pode se limitar à estratégia fundamental da luta social, mas tem que assumir simultaneamente a marca da compaixão para com os rostos sofridos da miséria humana.

— A guerra da miséria nos induz a socorrer os caídos, a entender que a nova sociedade tem que se gestar também nas entranhas da misericórdia, da partilha do pão, da veste, do abrigo. Esta cálida solidariedade que nos põe em contato direto com os mais pobres (os miseráveis) tem marcado a nossa caminhada e suscitado inúmeras tarefas e serviços de assistência, desde a ajuda para feiras domésticas até bancos de remédios e mutirões para construções de casas populares. Afinal, a criação de Deus, desfigurada na pessoa do pobre só pode ser refeita a partir da nossa identificação com as entranhas maternas do Amor Criador — o "Rahamin de Jaweh". Ah! Como o povo entende esta linguagem retratada na figura da Virgem Maria, inseparável da religiosidade popular que nela contempla o Ícone e o tipo da nossa Igreja, com sinal das vísceras de misericórdia do Deus da nossa fé.

6 — Enfim, seríamos omissos, se nesta hora de avaliação e reconhecimento de méritos, não fizessemos menção da disponibilidade e decidida colaboração de pessoas e grupos das classes médias que procuram integrar-se na caminhada da nossa Igreja. Aparecem hoje as pastorais das classes médias na perspectiva da libertação integral em Cristo. São grupos de espiritualidade e de missão que se dão conta com fina sensibilidade da enorme tragédia da nossa sociedade. Aí estão os *Focolarinos*, os *da Ordem Terceira de São Francisco*, a *RCC (Renovação Católica)*, as Pastorais como a da Família, as atividades da Catequese e Liturgia e os movimentos que surgem nesses segmentos da sociedade.

Na verdade, hoje, após pouco mais de três lustros da nossa trajetória na Diocese de Guarabira os horizontes do mundo e do País mudaram radicalmente. Estamos, de fato, envolvidos numa crise de civilização "de proporções inimagináveis", conforme nos dizia o Papa na Assembléia de São Domingos. Caiu o muro de Berlim, caíram os socialismos históricos, caíram as ditaduras da América Latina. E o mundo parece ter ficado pior com o acirramento do capitalismo e o cinismo do neoliberalismo, frente às massas sobrando dos pobres marcados para morrer, em nossos países de atraso no desenvolvimento.

Sem dúvida, os ares que hoje sopram são diversos daqueles do início de nossa caminhada. O Bispo e demais Agentes da Pastoral nos perguntamos atônitos: que temos que fazer?

Se em nada renunciamos quanto às intuições do passado, a hora presente, no entanto, é de busca e apalpadelas: para onde vamos?

7 — **Concluindo:** Eu afirmava, no começo, que este honroso título não me cabe como pessoa individual. Eu sou apenas parte e símbolo de um grupo de pessoas dignas de todo louvor. Tenho não só no coração, mas trago agora estes nomes comigo, numa lista longa e completa.

No entanto, para não exigir ainda mais dos ouvintes com esta minha arenga, para não ferir a modéstia de tantos (entre os quais alguns já estão aureolados no céu), prefiro também eu, integrar-me nesta gloriosa falange de pessoas. E sem me destacar como fazem os pobres nas procissões dos santos carregar com todos, em conjunto, o andor da vida. Este, na verdade, coincide o da glória de Deus — **Gloria Dei vivens Homo.**

Guarabira, 17 de abril de 1993. — **Dom Marcelo Pinto Carvalheira**, Bispo Diocesano de Guarabira

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Requerimento lido será publicado e remetido à comissão competente.

Presentes na Casa 28 Srs. Senadores.

Não há número para deliberação.

Em consequência, a matéria constante do item 1 da pauta de hoje fica com a sua votação adiada.

É o seguinte o item cuja votação fica adiada:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 3, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, tendo

PARECERES, proferidos em Plenário, Relator: Senador Ronaldo Aragão:

— 1º **pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável;

— 2º **pronunciamento** (sobre as Emendas de Plenário): favorável às de nºs 8, 9 e 42; contrário às de nºs 1 a 7, 10 a 17; apresentando as Emendas nºs 18 a 41, do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência retira da pauta o item 2, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno.

É o seguinte o item retirado:

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 73, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 113, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências, tendo

— **PARECER** sob nº 74, de 1993, da Comissão:

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Passa-se à discussão do projeto e do substitutivo, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 45, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. (Dependendo de parecer)

Nos termos do art. 140, alínea a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Bello Parga para proferir o parecer.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Ofereço-me a Mesa a oportunidade de expender parecer redigido pela nobre Senadora Eva Blay, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Informo que a ilustre Senadora encontra-se ausente por estar participando, no México, da Conferência Latino-Americana Sobre População e Desenvolvimento. Vale ressaltar que a Senadora Eva Blay é uma das figuras importantes desta Casa, personalidade que exorna o Senado pela graça de sua pessoa, pela elegância de suas atitudes, pelo brilho de sua inteligência, pela riqueza de seu currículo, e participa de relevantes atividades no âmbito nacional e internacional.

A Senadora Eva Blay expendeu o seu parecer nos seguintes termos:

Nos últimos anos, expressivos contingentes de servidores docentes e técnico-administrativos têm-se desligado das suas instituições de trabalho, ocasionando inúmeras dificuldades ao bom andamento da administração pública na área da educação. As vagas decorrentes das aposentadorias ocorridas no ano passado, sob a vigência da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único para todos os Servidores Públicos Civis da União, agravaram ainda mais o problema, provocando uma sensível redução dos quadros de pessoal das IFES, gerando dificuldades à própria sobrevivência dos serviços essenciais ao seu funcionamento.

Diante da política de contenção dos gastos públicos, de um lado, e da escassez de quadros, de outro, as instituições educacionais têm procurado *minimizar o problema* através da redistribuição dos encargos entre os servidores em exercício — mesmo com perda de eficiência —, evitando-se, destarte, soluções de continuidade indesejáveis.

O presente projeto de lei está imbuído desse espírito, ao solicitar a transformação, proposta pelas TFES, de cargos, conforme dispõe o art. 48, inciso X, da Constituição Federal, e em consonância com o que determina o art. 45, § 1º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992.

O presente projeto de lei adapta as vagas ocorridas às categorias mais adequadas às necessidades institucionais, sem aumentar o quantitativo físico nem acarretar despesas financeiras.

Diante do exposto, sobretudo no que se refere à urgência, e tendo mérito inegável, e sendo constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa, votamos pela sua aprovação.

É o parecer da Senadora Eva Blay, que subscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.* e Srs. Senadores:

É fato mais que notório a falência da economia brasileira.

Ninguém tem dúvida da desagregação social e da extrema penúria das grandes massas populares do Brasil.

Todos sabemos que o Brasil perdeu e perde todo dia as suas melhores oportunidades de desatolar-se do seu terceiro-mundismo, do seu subdesenvolvimento. A decadência tingiu nossos costumes. O pessimismo freqüenta nossos pensamentos e invade nossos diálogos.

Em meio a tal marasmo, virou costume centrar na economia ou nos chamados planos econômicos qualquer análise ou crítica da realidade nacional. Os planos econômicos e os economistas são hoje popularmente tratados numa relação muito parecida àquela de crime e castigo.

Afinal, um povo messianófilo precisa também de seus demônios. O fato é que, depois de sofrer o inferno de diversos planos econômicos, aprendemos a ver nos economistas nosso demônio favorito e, mesmo admitindo que os economistas não foram os únicos responsáveis pelo fracasso brasileiro, é certo que fizeram muito por merecer a maior parte da culpa.

Charlatanice e perversidade povoaram os planos econômicos do Brasil, tornando-os às vezes tão ingênuos quanto a bruxaria, outras vezes tão atrasados quanto a alquimia, mas, via de regra, todos inúteis e fortemente carregados de crueldade social.

Autoritários, todos esses planos cuidaram de rechaçar a participação dos segmentos organizados da sociedade. Universidades, institutos, associações, sindicatos e, principalmente, a classe política, foram todos colocados na sala de espera de uma falsa UTI. Lá dentro, um paciente importante estava sendo submetido a uma delicada cirurgia.

Nós só podíamos aguardar em silêncio e rezar para que tudo desse certo. O Congresso Nacional, principalmente, sempre se viu diante da obrigação de tolerar esses planos, sob pena de tornar-se responsável pelos seus fracassos.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, passaram-se quase trinta anos da vida nacional.

Por fim, debilitado, o paciente agoniza. Mesmo assim, os obstinados cirurgiões do absurdo ainda se debruçam sobre o infeliz paciente. Dispensados os fisiologistas, surgem os cirurgiões plásticos, com a incumbência macabra de maquiar o cadáver.

Nestas condições, recebemos o Governo do Brasil no fim do ano passado.

Agora, mostrando a lucidez necessária, o Governo abomina as cirurgias traumáticas e libera o paciente para tomar os ares puros do campo social e político.

Hoje, o Congresso Nacional é chamado a uma participação ativa na recuperação do Brasil.

Trata-se de salvar o País do caos e, ao mesmo tempo, abrir caminhos largos para o seu desenvolvimento. Trata-se de combater a inflação perversa e destruidora.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando nos outros países a inflação ameaçou a estabilidade nacional, quando o monstro inflacionário mostrou seu poder desagregador do espaço econômico nacional, essas nações viraram-se do avesso para rechaçar o monstro destruidor.

ASAF No Brasil, não. No Brasil, criou-se a correção monetária para um momento de inflação galopante. Como foi mantida a correção monetária, o Brasil incorporou a inflação ao seu cotidiano. Hoje, a inflação é um dragão nos jardins de nossas casas.

Irmã gêmea da inflação, a correção monetária permitiu inventar o BNH e chegou mesmo a sustentar o tal de milagre brasileiro.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agora, como combater a inflação, se ela é hoje um componente estrutural de nossa economia? Componente perverso, concentrador de renda, alimentador da ciranda financeira, que afasta o capital da atividade produtiva e provoca a recessão.

Como acabar com a inflação, se ela, ao favorecer o grande capital, tornou-se o principal pilar da concentração de renda no Brasil?

A correção monetária virou um monstro porque era para ter curta duração. Não a derrubaram no momento certo e aí está ela quase indomável.

O Congresso Nacional precisa apresentar uma resposta muito clara ao chamamento do Governo.

Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso Nacional precisa ter a lucidez suficiente, a clara compreensão do momento histórico e aceitar a divisão de responsabilidades com o Poder Executivo, sob duas condições indispensáveis.

A primeira condição é a certeza de que estão realmente mortos e sepultados os tempos dos "planos econômicos". A segunda condição é que se cumpra a obrigatoriedade constitucional dos Planos Nacionais de Ordenação do Território e que se façam os Planos Setoriais, Plurianuais e Anuais de Governo nas condições que a boa técnica requer.

Da parte do Governo, basta acionar os seus setores competentes internos, os institutos, as universidades, para, junto aos segmentos representativos da sociedade (associações, sindicatos, pessoas físicas, pessoas jurídicas, Congresso Nacional), realizarem a grande tarefa de mapeamento dos potenciais e problemas do País e do reconhecimento das legítimas necessidades e aspirações do nosso povo.

Da parte do Congresso Nacional, é necessário estabelecer rotinas e designar recursos humanos e materiais para o pleno desempenho de suas atribuições, mormente aquelas previstas no art. 166 da Constituição, que dizem respeito à análise e ao parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais de governo.

Neste sentido, cabe à Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores o papel central de se equipar e se desenvolver para cumprir as obrigações fundamentais que a Constituição da República impõe ao Congresso Nacional.

Por paradoxal que pareça, é exatamente essa Comissão que, reduzida aos debates da proposta orçamentária do Governo, encontra-se em franca decadência e chega mesmo a ter sua extinção sugerida por autoridades do Congresso Nacional. É preciso recuperar, reciclar e expandir esta Comissão. Não em número de participantes, pois este deve ser reduzido. É preciso pensar grande, raciocinar moderno e ter a coragem de reciclar também nossos costumes nesta Casa.

Esta é a forma correta de se fazerem as coisas. Uma forma que pode ser alcançada por graus crescentes de aprofundamento. Forma complexa, mas ao mesmo tempo singela: tudo depende da vontade firme e da honestidade de propósitos, sumamente necessárias para resgatar o conceito de seriedade do nosso País diante da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, tendo

PARECERES, proferidos em plenário, Relator: Senador Ronaldo Aragão:

— 1º **pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável;
— 2º **pronunciamento** (sobre as Emendas de Plenário): favorável às de nº 8, 9 e 42; contrário às de nº 1 a 7, 10, a 17; apresentando as Emendas nº 18 a 41, do Relator.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (nº 2.453/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências, tendo

PARECER sob nº 74, de 1993, da Comissão:

— **de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta.**

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1993 (nº 3.477/92, na casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transformação de cargos vagos no âmbito das instituições federais de ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário; Relator: Senador Bello Parga.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1992 (nº 3/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1993 (nº 3.632/92, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos ao art. 27 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 6 —

OFÍCIO Nº S/30, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Ofício nº S/30, de 1993, através do qual o Governo do Estado de Santa Catarina solicita, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para repassar setenta e nove milhões e trezentos mil dólares à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN, do montante autorizado pela Resolução nº 47, de 1992, do Senado Federal.

no valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 295, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 007.228/93-7, resolve nomear **MARIA ISABEL BARROSO MIRANDA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PTB, Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, 30 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 296, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear **SARA RAMOS DE FIGUEIREDO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário-Geral da Mesa, Código SF-DAS-101.6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

EDITAL

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Comissão Deliberativa para reunir-se dia 20 (5ª feira) de maio próximo, às 10 horas, em sua sede no 2º andar do Anexo I do Senado Federal, para tratar de assuntos de sua competência.

Brasília, 29 de abril de 1993. — Senador **Ruy Bacelar**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

<p style="text-align: center;">MESA</p> <p style="text-align: center;">Presidente</p> <p>Humberto Lucena – PMDB – PB</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente</p> <p>Chagas Rodrigues – PSDB – PI</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente</p> <p>Levy Dias – PTB – MS</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário</p> <p>Júlio Campos – PFL – MT</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC</p> <p style="text-align: center;">3º Secretário</p> <p>Júnia Marise – PRN – MG</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário</p> <p>Nelson Wedekin – PDT – SC</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário</p> <p>Lavoisier Maia – PDT – RN</p> <p>Lucídio Portella – PDS – PI</p> <p>Beni Veras – PSDB – CE</p> <p>Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Pedro Simon</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mauro Benevides</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Cid Sabóia de Carvalho</p> <p>Garibaldi Alves Filho</p> <p>José Fogaça</p> <p>Ronaldo Aragão</p> <p>Mansueto de Lavor</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mário Covas</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder</p> <p>Jutahy Magalhães</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Marco Maciel</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Elcio Álvares</p> <p>Odacir Soares</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>José Paulo Bisol</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Louremberg Nunes Rocha</p>	<p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Valmir Campelo</p> <p>Jonas Pinheiro</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder</p> <p>Magno Bacelar</p> <p>LIDERANÇA DO PRN</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Ney Maranhão</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder</p> <p>Áureo Mello</p> <p>LIDERANÇA DO PP</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Irapuan Costa Júnior</p> <p>LIDERANÇA DO PDS</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDC</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Epitácio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Suplicy</p>
---	--	--

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluzio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
PSB+PT			

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares	PMDB	Suplentes	
Amir Lando	RO-3111/12	Aluzio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
José Sarney	MA-3429/31	Vago	

PFL

Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvoro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

PSDB

Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
------------------	------------	------	--

PSB + PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio de Brito

Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	PMDB	Suplentes	
Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluzio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Bello Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvoro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

	PSDB		
Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

	PDC		
Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354.
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lavor	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

	PFL		
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Ávaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekel Freitas	RJ-3082/83

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

	PTB		
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

	PDT		
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74

	PDS		
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

	PFL		
Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Álvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

	PTB		
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

	PDT		
Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75

	PRN		
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56

	PDC		
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37

	PDS		
Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56

	PP		
João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes	
	PMDB	
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/59
Flaviano Meio	AC-3493/94	Ney Suassuna PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos MG-3237/38
Íram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro RJ-3209/10
	PFL	
Joşaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares RO-3218/19
Ávaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira AL-3245/46
Bello Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio TO-4058/68
Vágo		Henrique Almeida AP-3191/92
	PSDB	
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras CE-3242/43

Eva Blay SP-3119/20 Mário Covas SP-3177/78
Teotônio V. Filho AL-4093/94 José Richa PR-3163/64

PTB

Louremberg N. Rocha MT-3035/36 Luiz A. de Oliveira PR-4058/59
Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RR-4062/63
Valmir Campelo DF-3188/89 Carlos D'Carli AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro RJ-4229/30 Magno Bacelar MA-3074/75

PRN

Áureo Mello AM-3091/92 Albano Franco SE-4055/56
Ney Maranhão PE-3101/02 Saldanha Derzi MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão TO-3136/37 Epitácio Cafeteira MA-4073/74

PDS

Jarbas Passarinho PA-3022/23 Esperidião Amin SC-4206/07

PP

Meira Filho DF-3221/22 João França RR-3067/68

Secretaria:

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121